Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política (IPOL)

AMANDA OLIVEIRA DE ANDRADE MELO

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: COMPARAÇÃO DE ARTIGOS ESCRITOS PELO GÊNERO FEMININO EM PERIÓDICOS DA ÁREA, DE 2000 A 2018

Brasília – DF

2018

AMANDA OLIVEIRA DE ANDRADE MELO

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: COMPARAÇÃO DE ARTIGOS ESCRITOS PELO GÊNERO FEMININO EM PERIÓDICOS DA ÁREA, DE 2000 A 2018

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da UnB como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciência Política, sob orientação do Professor Dr. Thiago Trindade.

Brasília – DF

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e à toda minha família, por sempre me auxiliarem a traçar um caminho próspero. A todos os professores que tive o prazer de conhecer ao longo de toda minha jornada educacional, mas principalmente ao professor Thiago Trindade, que me auxiliou não só na construção desse trabalho, mas também em outras pesquisas, em suas aulas, e em diversas outras questões.

Agradeço à Universidade por todas as oportunidades que oferece não só a mim, mas a todos seus estudantes. Também agradeço a todos os funcionários do IPOL, que sempre estiveram dispostos a auxiliar os alunos no que fosse necessário, os tratando bem e com simpatia.

A todos vocês, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

Introdução 4

A desigualdade de gênero e o pequeno espaço da mulher na área acadêmica..... 7

Os periódicos 13

Opinião pública 13

Lua Nova 19

Revista de Sociologia e Política 24

Dados 27

Comparativo 31

Conclusão 34

Participação feminina na política: comparação de artigos escritos pelo gênero feminino em periódicos da área, de 2010 a 2018

Amanda Oliveira[1]

(15/0004745)

Introdução

A inserção da mulher em locais prioritariamente masculinos não é fácil, e vem sendo debatida há décadas. Segundo Flora Tristán (1843[2017]), as mulheres sempre foram tratadas como párias, ficando excluídas tanto da sociedade quanto das próprias leis. Em tempos remotos, foi defendido um falso princípio de que as mulheres são inferiores aos homens, não sendo capazes de acompanhar e estudar as mesmas coisas que estes estudam. Dessa maneira, acabavam fadadas a ficar em casa, cuidado da casa e dos filhos. Devido a isso, a cultura que permite que exista essa falta de espaço social à mulher acaba se perpetuando, transmitida de uma geração à seguinte, quando os homens acabam por ser ensinados a estudar e seguir uma carreira, e as mulheres devem se casar.

Tais distinções em relação ao espaço da mulher e do homem, principalmente no que tange à vida política, são percebidas há muito tempo. No início daquilo que foi definido como democracia, a mulher não tinha sequer poder de voto. Em relação à vida acadêmica e científica, as mulheres também não tinham espaço. As exceções se dão àquelas que tinham vínculo familiar com algum cientista, e acabavam por poder auxiliá-lo em trabalhos de suporte, como cuidar de organizar suas pesquisas e limpar vidrarias (LETA, 2003).

Apesar de atualmente a vida acadêmica ser fornecida de forma igualitária a homens e mulheres, as mulheres brasileiras têm décadas de desvantagens em relação aos homens quando se trata da vida universitária no Brasil. Enquanto a primeira Universidade do país foi fundada em 1808, somente em 1879, quase 80 anos depois, as mulheres tiveram o direito de fazer um curso superior legalmente reconhecido. Mesmo assim, aquelas que optavam por estudar em Universidades eram sujeitas à forte desaprovação social, fator

[1] Graduanda em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). O presente trabalho é apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no período 2018.2, sob orientação do professor doutor Thiago Trindade, do Instituto de Ciência Política (IPOL) da UnB.

que foi crucial à baixa adesão de mulheres à vida universitária na época, e que influenciou a baixa adesão feminina à vida universitária por décadas.

No entanto, a discrepância não é exclusiva à vida universitária, mas também à vida política no geral. A participação das mulheres na política era tão ínfima que, em 1966, o Congresso Nacional incluiu um sistema de cotas na legislação, que obriga que os partidos políticos inscrevam pelo menos 20% de mulheres em suas chapas. A medida, que vigora até hoje, frequentemente é burlada pelos partidos. Como a vida política continua sendo dominada predominantemente por homens, muitas vezes os partidos adicionam as candidaturas femininas somente para cumprir as cotas, mas sem fornecer meios de que aquelas mulheres consigam fazer uma campanha relevante e que garanta a sua eleição.

Apesar de a predominância do sexo masculino em locais de poder ser nítida na política, esta realidade vem se alterando quando se trata da vida acadêmica. Atualmente, segundo dados Plano Nacional de Qualificação de 2016, do próprio Ministério do Trabalho, o número de mulheres nas universidades é maior que o de homens. Dessa maneira, é interessante se questionar se, sendo assim, os espaços de atuação na vida acadêmica são igualitários para homens e mulheres.

Um amplo debate sobre a participação feminina em pesquisas e na área acadêmica se estende por diversas áreas de conhecimento. Segundo Velho e León (1998), apesar de a desigualdade entre os gêneros ter diminuído ao logo do tempo, este fator não é realidade para todas as áreas de estudo. Segundo as autoras, a quantidade de mulheres na área de exatas ficou em torno do mesmo tamanho por pelo menos três décadas. Enquanto isso, ao longo do período analisado pelas autoras, a diplomação feminina em áreas de ciências sociais foi cerca de 20% maior do que na de exatas.

A escolha de cursos de humanas não seria exclusivamente das mulheres. A socialização, desde crianças, que leva os pais e professores a não encorajarem as meninas para a área de exatas, assim como a falta de modelos femininos nessa área com quem as crianças se identifiquem também é um fator relevante (VELHO, LEÓN; 1998).

Sendo assim, seria interessante analisar se, na área de ciências sociais, aquela para a qual as mulheres são induzidas a escolher desde novas, o tratamento que estas recebem já é igual ao que o sexo masculino recebe. Portanto, o objetivo central deste trabalho faz referência a isso, buscando analisar se há distinção entre o número de publicações de

homens e de mulheres em alguns periódicos de ciência política e ciências humanas, entre os anos de 2000 e 2018. A escolha da quantificação das publicações se deu devido ao fato de estas publicações serem consideradas de relativo prestígio dentro da área, e possibilitar um maior material e escopo de análise do que outros fatores, como os cargos de destaque ocupados por mulheres na área acadêmica, por exemplo – que, vale ressaltar, também são poucos.

Se houver a discrepância, pretende-se analisar se, ao longo destes anos, houve pelo menos uma diminuição entre a diferença do número de publicações de homens e de mulheres, ou se a mesma porcentagem de desigualdade se mantém até os dias atuais. Para tanto, foram selecionados quatro periódicos da área, que possuem revistas publicadas pelo menos desde os anos 2000, período onde começará a análise. Os periódicos escolhidos foram a Revista Dados, a Revista de Sociologia e Política (RSP), a Opinião Pública e a Revista Lua Nova.

O método utilizado foi a construção de uma base de dados, contendo especificações dos artigos publicados e de seus respectivos autores. A distinção do gênero dos autores realizada considerando que aqueles nomes socialmente conhecidos como masculinos eram nomes de homens, e os socialmente conhecidos como femininos, de mulheres. Caso restasse alguma dúvida, foram realizadas pesquisas nos lattes dos autores, de modo a permitir que estes fossem enquadrados na categoria correta.

De posse da base de dados finalizada, notou-se que, apesar de muitas vezes a diferença não parecer tão exacerbada em um primeiro momento, quando observamos os textos escritos somente por mulheres, sem coparticipação com alguém do gênero masculino, a discrepância fica mais clara.

Esse trabalho busca, portanto, apontar se mesmo a área de pesquisa considerada mais igualitária para com as mulheres, como as ciências sociais, ainda lhe discrimina, mesmo que indiretamente. Para tal objetivo, na próxima seção será realizada uma análise sobre a desigualdade entre os gêneros desde seu potencial início, levando em consideração quais fatores podem ser utilizados para explicar uma perpetuação deste tipo de preconceito com as mulheres até os dias atuais, principalmente no que diz respeito à área acadêmica.

Na seção seguinte, estará presente a parte prioritariamente qualitativa do trabalho. A análise dos dados adquiridos a partir da base construída, e comparação entre o início

do período analisado, nos anos 2000, e no ano final, em 2018. A conclusão, por sua vez, trará as considerações finais e potenciais possibilidades de pesquisa, devido ao caráter extremamente preliminar dos dados obtidos nesta pesquisa.

A desigualdade de gênero e o pequeno espaço da mulher na área acadêmica

A questão da desigualdade de gênero não é recente, e o debate sobre o tema também não o é. A submissão feminina é historicamente reconhecida na realidade mundial, especialmente quando considerada o papel da mulher como dona de casa, e do homem como provedor da família, que tem o direito de dominá-la. Este papel, aceito por muito tempo pelas mulheres, é considerado uma violência simbólica por Bourdieu (1999), onde a mulher acata a violência silenciosa que sofre, devido ao processo de socialização do qual foi alvo. A partir disto, a divisão sexual passa a ser considerada natural e recebe legitimação por parte dos atores sociais. O homem é, portanto, um sexo forte, capaz de realizar todos os tipos de trabalho, enquanto a mulher, um sexo frágil, deve cuidar da casa, dos filhos, e agradar o marido – que ela deveria ter, caso queira ter algum prestígio na sociedade.

Dessa forma, a própria instituição "família" é responsável pela construção social da ideia de que a mulher deve se submeter às vontades do homem. No início de sua vida, de seus pais e irmãos, e após o casamento, de seu marido. Dentro da família, a divisão sexual do trabalho já começa a ser imposta (BOURDIEU, 1999). Desde cedo, os filhos homens aprendem a lidar com os negócios da família e a realizar trabalhos braçais, e as filhas devem aprender regras de etiqueta, culinária e bordado, para poderem cuidar de seus futuros maridos.

Sendo assim, ao se iniciar a vida em sociedade, não existiu somente um contrato social que definiu a vida em sociedade, como defendem os autores contratualistas. Segundo Pateman (1993), também existiu um contrato sexual. Este último deixou os direitos femininos relegados a segundo plano na vida social, fazendo com que somente os homens dispusessem daqueles que eram considerados como primordiais, como a própria noção de cidadania.

Um dos primeiros teóricos homens a levantar o debate sobre o direito das mulheres ao voto, John Stuart Mill, em seu livro *A sujeição das mulheres* (1869 [2006]), defende a ideia de que a submissão das mulheres aos homens não é natural, como era amplamente defendido pela sociedade patriarcal. O autor afirma que esta é uma construção social extremamente arbitrária, e chegou a comparar a visão socialmente aceitável de que mulheres devem se casar e servir aos seus maridos e filhos para sempre como um recrutamento forçado.

É importante reparar, que mesmo o autor sendo basicamente pioneiro na defesa dos direitos de as mulheres poderem trabalhar fora de casa e a votar, demonstra ainda ter certa dose de machismo intrínseco, ao afirmar que seria difícil para as mulheres realizar simultaneamente seu trabalho externo e as tarefas domésticas. Ou seja, mesmo um homem que defendia a capacidade de as mulheres realizarem qualquer tipo de trabalho, e possuírem discernimento suficiente para poder escolher governantes, ainda acreditava que os trabalhos domésticos eram serviços femininos, não cabendo aos homens o realizarem ou "auxiliarem" suas esposas nestas tarefas, que seriam indignas para um homem.

No que se refere a direitos políticos, o primeiro país do mundo a liberar o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893, mas não sem ampla movimentação de feministas sufragistas, e muitas críticas por parte da sociedade. Na França, um dos primeiros países do mundo a implantar o sufrágio universal masculino, e onde o debate sobre o direito das mulheres ao voto já ocorria desde a Revolução Francesa, por volta de 1790, as mulheres votaram pela primeira vez somente em 1945, quase 200 anos após o início da discussão. Por sua vez, no Brasil, onde a Proclamação da República se deu em 1888, o voto feminino só foi assegurado em 1832, no governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, fica nítido que mesmo quando as democracias afirmaram que todos os cidadãos eram iguais perante a lei, as mulheres ainda se encontraram discriminadas, fator que só foi alterado séculos depois.

Segundo Pateman (1990), a democracia nunca existiu para as mulheres em nenhum dos países considerados democráticos até o momento. Ao longo de todo o período liberal democrático, locais como parlamento, universidades e outros locais de trabalho são ocupados majoritariamente por homens. Para a autora, até mesmo toda a história de luta das mulheres pelo direito ao voto é deixada de lado, focando os pesquisadores e

historiadores somente no fato de que, agora, as mulheres têm o direito ao voto, e, portanto, possuem condições de vida igualitárias aos homens.

É importante reparar, portanto, que apesar da idealização de que em um governo democrático todos os cidadãos seriam vistos como iguais, a realidade para as mulheres é diferente. Mesmo que, atualmente, no quesito legal, os gêneros ostentem condições consideradas igualitárias, como o direito ao voto e igualdade de julgamento na esfera penal, as mulheres ainda sofrem para conseguir alcançar patamares já ocupados por homens há séculos, como a presidência de uma empresa e um cargo político, por exemplo.

O feminismo veio, portanto, com o ideal de permitir a inclusão política das mulheres. Dessa forma, buscou conceder a estas os direitos que já eram garantidos aos homens desde o início da era democrática. No entanto, apesar de o direito ao voto por parte de mulheres ter sido amplamente alcançado, a esfera privada continuou extremamente desigual para o gênero feminino. Dessa forma, questão central a ser debatida passa a ser a construção social da mulher, analisando as amarras sociais que o gênero tem que enfrentar ainda na atualidade (MIGUEL, 2017).

Um exemplo destas amarras pode ser visto na dificuldade que as mulheres enfrentam para alcançar posições de destaque. A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou ranking sobre a presença feminina em parlamentos, mostrando a desigualdade que as mulheres encontram para alcançarem a vida política. Segundo o ranking, o Brasil é um dos países em que elas sofrem mais desigualdade neste quesito. De 190 países analisados, em 2017, o país está na 152ª posição. Na média global, a presença feminina nas câmaras baixas – Câmara dos Deputados, no Brasil – nos países analisados era de 23,6%, valor já considerado muito baixo. No Brasil, a situação é ainda pior: somente 10,5% das cadeiras eram ocupadas por mulheres no período analisado.

Nas eleições de 2018 no Brasil, o número de mulheres eleitas dobrou na Câmara dos Deputados, em relação às eleições de 2014. No entanto, mesmo com esse salto, as mulheres representam somente 77 dos 513 parlamentares da Câmara. Este valor representa somente 15% dos eleitos, o que demonstra uma extrema desigualdade na composição do parlamento. No Senado Federal, por sua vez, somente sete mulheres foram eleitas, representando somente 8% dos senadores eleitos. Novamente, percebe-se uma discrepância na composição do legislativo brasileiro ao se considerar a presença das mulheres.

Na esfera executiva brasileira, já no primeiro turno das eleições de 2018 o gênero feminino foi deixado de lado pelos eleitores. Somente Fátima Bezerra (PT/RN) ficou como a representante do gênero feminino no segundo turno. Fátima acabou sendo a única governadora do gênero feminino eleita nestas eleições. Até 2017, se desconsiderarmos as reeleições, somente sete mulheres haviam sido eleitas governadoras no Brasil e, destas, cinco possuíam grau de parentesco com homens que eram ex-governadores (MIGUEL, MARQUES E MACHADO, 2015).

Dessa forma, percebe-se que atualmente, o capital familiar é a principal forma de ingresso de mulheres na política, em quesito eleitoral, principalmente baseado nas relações de mulheres com pessoas do gênero masculino, especialmente por conexões familiares (ARAÚJO, 2001). Sejam pais, avós, maridos ou até mesmos meros conhecidos de convenções partidárias, a vida política só se abre às mulheres, em geral, se estas forem "apadrinhadas" por homens, que facilitam sua entrada neste mundo que não lhes é favorável. É comum, ainda, que aqueles homens que não podem mais se reeleger, seja por possuírem a ficha suja ou porque já governaram por dois mandatos consecutivos no Executivo, lancem suas esposas ao cargo que ocupavam. Nestes casos, as propagandas eleitorais sempre deixam nítido que a candidata tem determinado grau de parentesco com seu "padrinho" e fica subentendido que ele estará presente em seu governo, mesmo que indiretamente. Dessa forma, a presença do homem acaba por legitimar a candidatura da mulher, o que é uma ideia problemática.

Além de toda a dificuldade que as mulheres enfrentam para alcançar uma posição de destaque na política, Pinheiro (2007) destaca o fato de que muitas vezes as eleitas são cobradas a atuação em pautas que são consideradas predominantemente femininas, com uma vertente sobre cuidados, natureza, família e etc.. Os eleitores acabam criando expectativas de que elas agirão dessa maneira, e dessa forma, se quiserem se reeleger, as mulheres precisam ceder a esta pressão.

Uma das comissões mais reconhecidas e disputadas da Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), analisa quase todos os projetos de lei apresentados na casa. A Comissão analisa a constitucionalidade das normas legais, tendo elevado poder de influência e sendo, no geral, a última comissão a analisar as normas. Dos 66 parlamentares que a compõem atualmente como titulares, somente 4 são mulheres. Enquanto isso, na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPD), uma comissão que conta com uma vertente mais voltada a cuidado, dos 17

titulares, 5 são mulheres. Estes dados mostram que mesmo ao alcançar o local de destaque desejado, as mulheres são deixadas de lado na ocupação de novos locais de considerável relevância, como nas comissões mais concorridas.

Mas a discrepância entre o tratamento que os gêneros recebem não fica restrita à esfera política ou ao meio empresarial. No campo acadêmico, os grandes produtores de conhecimento sempre foram os homens, que eram considerados mais aptos à produção de conhecimento. Novamente, esta realidade vem atrelada à antiga ideia de que as mulheres estavam fadadas a realizar os afazeres domésticos.

Dentro da vida acadêmica, mesmo que as mulheres atualmente ocupem a maioria das vagas nas universidades, segundo dados do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho, o ambiente ainda é hostil às tentativas de ocupação dos locais de fala pelo gênero feminino. Apesar de serem maioria na vida acadêmica, estudos apontam que elas tendem a ser menos produtivas que seus colegas homens, seja em produção acadêmica ou outros tipos de envolvimentos universitários (ZUCKERMAN, COLE; 1975), fator que é muito levado em consideração em contratações de mulheres e outras questões relacionadas à vida acadêmica.

A menor produção acadêmica por parte das mulheres pode levar a crer que, após o término da graduação, as próprias mulheres desistem de continuar estudando. No entanto, a realidade no Brasil não é bem esta. Segundo dados recentes, de 2016, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação, as mulheres são maioria também na pós-graduação nas universidades brasileiras. Dessa forma, é importante questionar quais seriam as razões para que aquelas que compõem a maioria se tornem a minoria quando se diz respeito a continuar seguindo suas carreiras.

Dentre as razões para a baixa participação de mulheres na em determinadas carreiras, estão a disponibilização de disciplinas com menor status na universidade para as mulheres (VELHO, LEÓN; 1997), fator que remete a ideia da distribuição de comissões no parlamento brasileiro, apresentada acima.

Segundo Rossi (1965 apud MENDES, FIGUEIRA; 2017), outro fator que leva à desigualdade entre os gêneros na academia é a priorização do casamento e da família, que acarretam em uma retirada da mulher do mercado de trabalho durante o período que compõe seus anos mais produtivos. Dessa forma, a idealização de que deve ser feita uma

escolha entre a composição de sua família e a carreira acaba por afastar as mulheres da vida acadêmica.

Segundo Canino e Vessuri (2008), as mulheres sofrem um grau relevante de preconceito na carreira científica em razão da maternidade e das demais obrigações familiares. A distinção é tanta, que as pesquisadoras atuais estão solicitando ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a possibilidade de inserção de sua licença maternidade em seu currículo lattes. A demanda se deve ao fato de, obviamente, haver uma queda na produção da pesquisadora ao longo deste período, devido às demandas de um recém-nascido por sua mãe. A queda na produtividade influencia negativamente as carreiras das pesquisadoras, visto que o tempo em que elas acabaram não produzindo pode ser considerado "ocioso" na hora de recrutamento por alguns órgãos de financiamento (DANTAS, 2018).

Ou seja, além de toda a desigualdade naturalizada que as mulheres têm que enfrentar diariamente, estão tendo que lidar com o preconceito de serem mães. O estudo "Parent in Science", idealizado pela pesquisadora Fernanda Staniscuaski e ainda não finalizado, já apresentou, no evento anual da Federação de Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe), dados preliminares sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras.

Dentre os dados apresentados pelo projeto, há o questionamento acerca das condições das mulheres de trabalharem dentro de casa, como mostra o quadro abaixo.

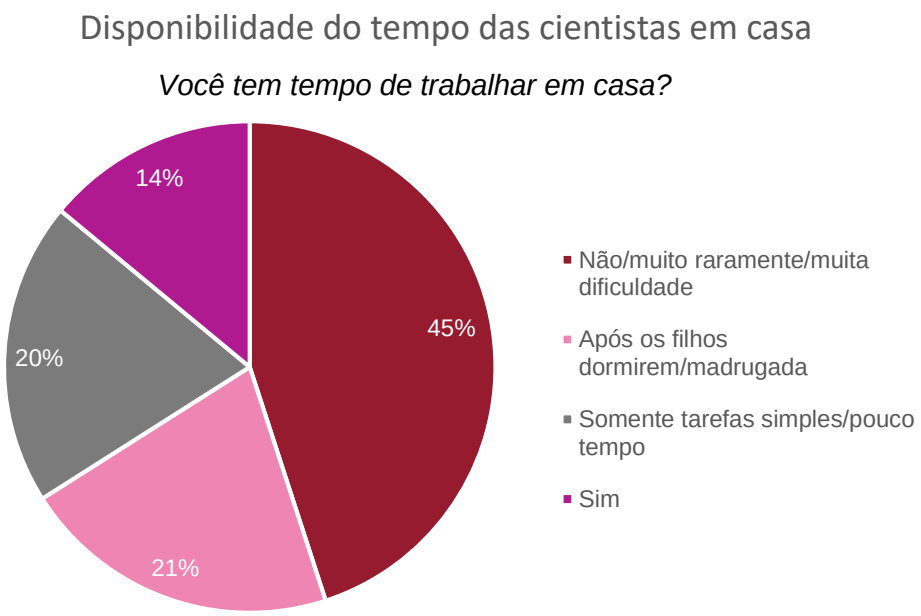

Figura 1

Fonte: Pesquisa "Parent in Science"

Elaboração própria

É nítido, a partir dos dados acima, que a grande maioria das mulheres não tem tempo para trabalhar em casa. Quando o tem, tem pouquíssimo tempo, após realizar tarefas extremamente cansativas, que provavelmente farão com que a pesquisadora não seja produtiva o suficiente, segundo os parâmetros utilizados para medir a questão da produtividade dos pesquisadores.

Uma das áreas que mais estuda a desigualdade de gênero e mais busca combate-la – em tese – era de se esperar que as ciências sociais contassem com um elevado nível de participação feminina. No entanto, no 10º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), que conta com as mulheres como 45% de seus membros, somente 26,1% das mesas foram compostas por mulheres. Ou seja, mesmo compondo quase metade da associação, as mulheres tiveram somente cerca de ¼ de espaço de fala. Além disso, também ¼ dos espaços para debate não tiveram sequer uma mulher convidada. Apesar de se poder alegar que a diferença entre o número de homens e mulheres no encontro se deve aos temas, fica nítido que há um "desequilíbrio de gênero sistemático" na área de ciência política, e dentro do próprio encontro (MARQUES, 2016).

Apesar de todos os problemas apresentados para a participação feminina na ciência e na vida acadêmica, matéria publicada no jornal Folha de São Paulo aponta que as mulheres são responsáveis por cerca de 50% dos artigos científicos atualmente produzidos no Brasil (BATISTA, RIGHETTI, 2017; apud MENDES, FIGUEIRA; 2017). A reportagem foi baseada no relatório Gender in the Global Research Landscape., da Elsevier (2017), maior editora científica do mundo.

No entanto, apesar da igualdade no número de artigos publicados, os números não são igualitários quando considerados as ocupações de cargos de destaque ou liderança na academia, como reitores de universidade, chefes de departamento ou coordenadorias de pesquisa. Segundo estudiosos, as mulheres vão sumindo ao longo da carreira, fenômeno conhecido como "teto de vidro", que fica como uma barreira que impede que elas consigam chegar ao topo (BATISTA, RIGHETTI, 2017). É possível que este "teto" esteja diretamente conectado com a questão já debatida, e que as mulheres sejam desvalorizadas pelo fato de a academia crer que elas, em determinado momento, deverão escolher entre a carreira e a família.

Apesar do exposto, o argumento de que as mulheres são menos visadas para cargos de destaque devido ao fato de representarem menor percentual na pós-graduação brasileira pode ser utilizado por algumas pessoas. No entanto, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação, as mulheres já representam maioria desta modalidade, como mostra o gráfico abaixo:

	DOUTORADO		MESTRADO		MESTRADO PROFISSIONAL	
SEXO	MATRICULADO	TITULADO	MATRICULADO	TITULADO	MATRICULADO	TITULADO
FEMININO	57.380	11.190	69.211	27.662	15.811	5.290
MASCULINO	50.260	9.415	57.238	21.393	16.935	5.328
TOTAL GERAL	**107.640**	**20.605**	**126.449**	**49.055**	**32.746**	**10.618**

Figura 2

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES/MEC)

Dessa forma, fica nítida a relevância de uma análise sobre o espaço que as mulheres têm nas publicações de periódicos brasileiros. O mais lógico seria que as mulheres fossem

autoras da maior parte das publicações, já que produzem aproximadamente metade dos artigos científicos e são a maioria na área de pós-graduações. No entanto, esta nunca foi a realidade à qual as mulheres estiveram acostumadas, e segue não sendo, como mostrarão os dados a seguir.

Os periódicos

Os periódicos escolhidos para a análise foram a Revista Dados, a Lua Nova, a Revista de Sociologia e Política e a Opinião Pública, todos bem avaliados na QUALIS – procedimentos que avaliam a qualidade da produção intelectual de programas de pós-graduação.

A divisão foi feita, inicialmente, considerando simplesmente se havia participação feminina no artigo publicado, ou não, e contabilizando apenas a participação feminina. No entanto, em uma análise um pouco mais detalhada, é possível reparar que, destes artigos escritos por mulheres, muitos contaram com coautorias masculinas – muitas vezes, com mais homens do que mulheres participando da confecção do artigo.

Dessa maneira, apesar de não considerarmos a quantidade de autores em cada artigo, também pareceu relevante separar uma categoria de coautorias, que levaria em consideração os artigos escritos com participação dos dois gêneros, independentemente do número de participantes de cada gênero que participaram de sua autoria. Dessa forma, mesmo que existam 3 homens e 1 mulher como autores de um artigo, o artigo entrará na aba de coautorias, e vice-versa.

Opinião Pública

Periódico vinculado à Universidade de Campinas (UNICAMP), a revista aborda temas sobre teoria e metodologia na área de opinião pública, como o próprio nome remete, e comportamento social e político. O primeiro volume da revista data de 1993, mas analisaremos a partir de 2000, como explicado.

Ao analisar o total de artigos e a participação feminina nestes, em um primeiro momento, percebem-se 324 artigos publicados, dos quais 144 contaram com participação feminina. Tal valor, que representa cerca de 45% dos textos escritos, chega a parecer

igualitário, havendo 45% de participação feminina, como mostrado no gráfico logo abaixo.

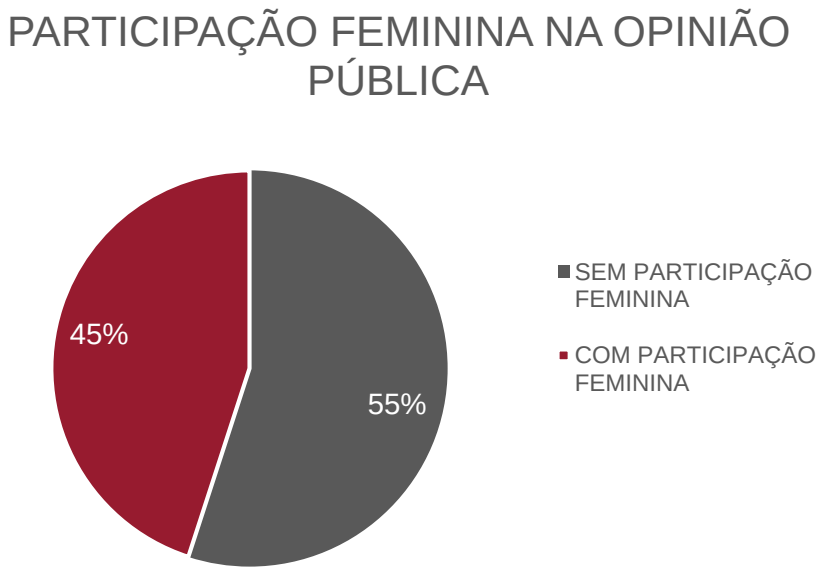

Figura 3
Fonte: Opinião Pública
Elaboração própria

No entanto, como o intuito da pesquisa é analisar se, no mundo acadêmico as mulheres também acabam necessitando de auxílio masculino para conseguir ser reconhecidas, é crucial que seja feita uma distinção entre as publicações exclusivamente escritas por mulheres, por homens, e aquelas onde os gêneros são coautores.

Ao fazermos esta distinção, percebe-se que dos artigos analisados, somente 78 são escritos apenas por mulheres, enquanto 66 são escritos por meio de coparticipação. Dessa maneira, o número de participação apenas feminina é aproximadamente metade daqueles 45% que foram apresentados previamente, como mostra o gráfico abaixo.

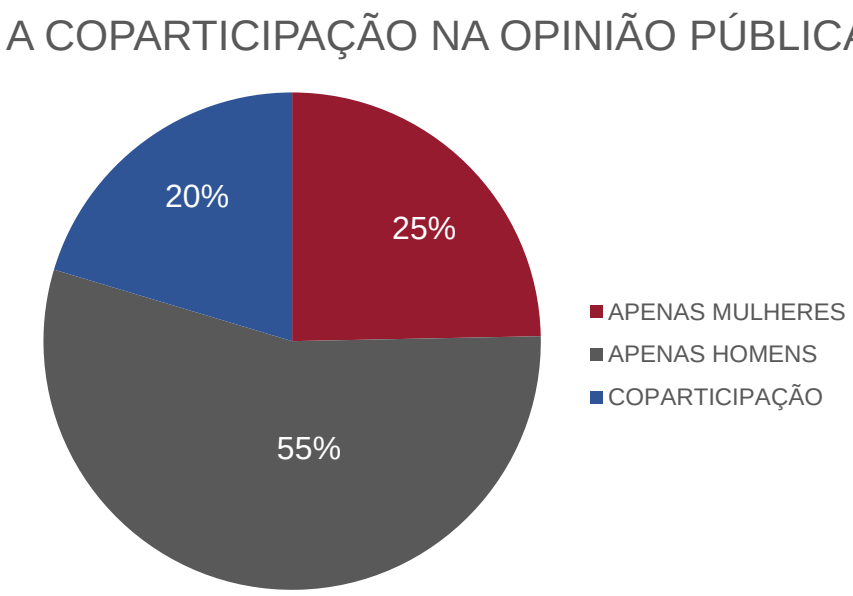

Figura 4
Fonte: Opinião Pública
Elaboração própria

Sendo assim, se considerarmos as coautorias, a participação feminina chega a 45%, mas a masculina chega a 75%, o que nos demonstra que a publicação de artigos, entre os dois gêneros, não é igualitária como parece em um primeiro momento, estando a participação masculina nos artigos bem acima da feminina.

No entanto, os dados ainda podem ser analisados de diversas maneiras. Seria interessante, por exemplo, comparar as porcentagens de publicações de ambos os gêneros ao longo do tempo, para que seja possível analisar se está havendo um movimento de aumento da participação feminina na vida acadêmica, visto que os dados mostram um aumento de mulheres em universidades.

O gráfico desta análise, dividida em blocos, segue abaixo.

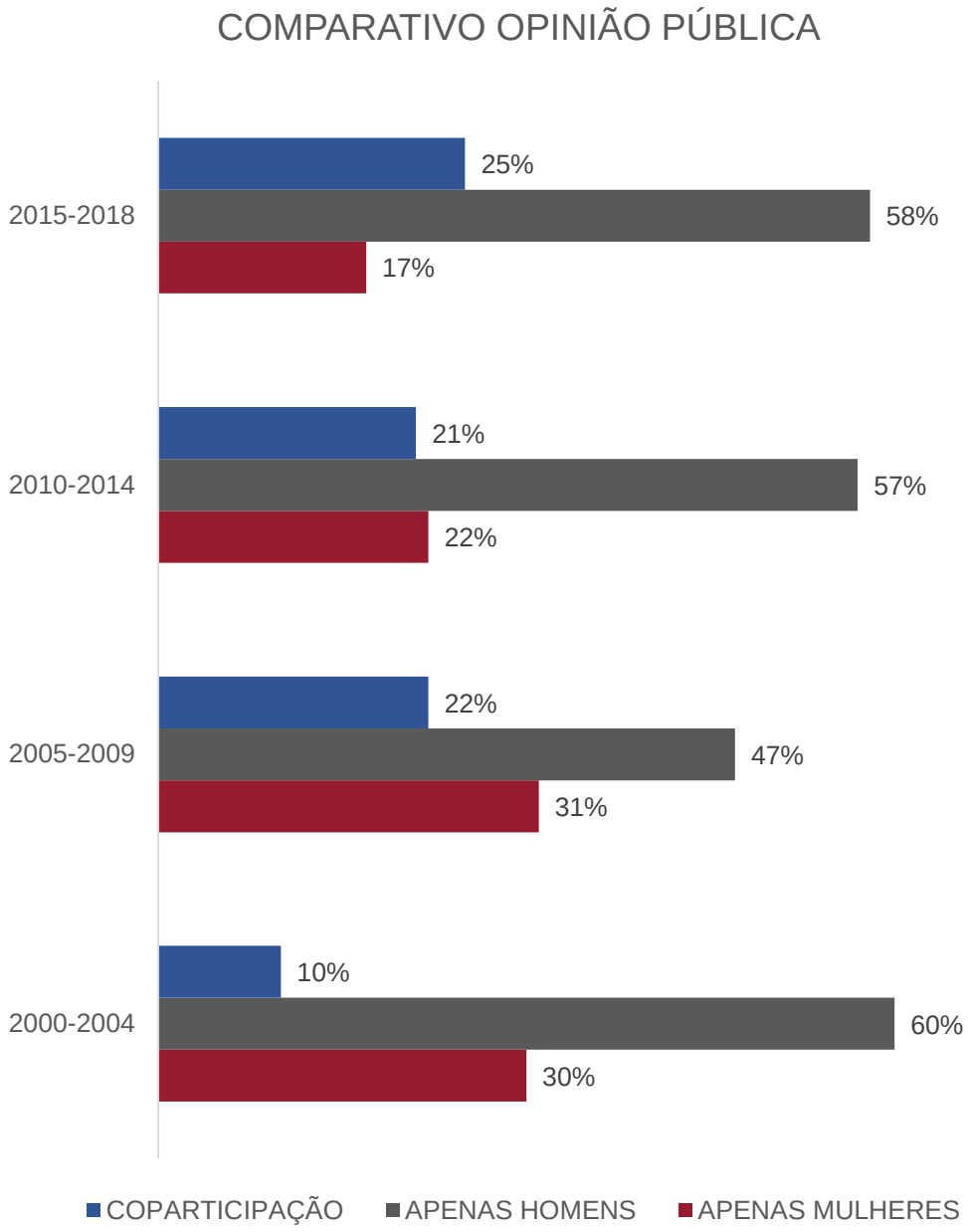

Figura 5

Fonte: Opinião Pública

Elaboração própria

A partir deste gráfico, é possível reparar que entre os anos de 2000 e 2004, a produção unicamente masculina era o dobro da feminina, e que apesar de esta diferença ter diminuído em uma determinada parte do tempo, a realidade atual continua sendo similar à de 2000, com as autorias exclusivamente masculinas sendo cerca de 60% das publicações.

Além disso, os artigos com autorias exclusivamente femininas tiveram uma redução em seu percentual, passando de 30% a 17% ao fim do período analisado. No entanto, é interessante reparar que a coparticipação entre os gêneros aumentou quase na mesma proporção que a participação exclusivamente feminina diminuiu. Dessa maneira, percebe-se que as mulheres não pararam de escrever para a academia, mas o número de artigos somente de mulheres publicados decaiu, aumentando aqueles que contam com coparticipação masculina.

Ao longo do tempo, portanto, os homens aumentaram sua participação em artigos publicados na Opinião Pública. No período de 2000 a 2004, contando com as coautorias, os homens escreveram 70% dos artigos publicados no periódico. Já no último período analisado, de 2015 a 2018, eles participaram de 83% dos artigos publicados.

Enquanto isso, as mulheres participaram de 40% das autorias dos artigos no período de 2000 a 2004. No último período analisado, participaram de 42% dos artigos. Dessa maneira, percebe-se que enquanto a participação masculina nos artigos publicados na Opinião Pública cresceu 13% ao longo do tempo, a feminina cresceu somente 2%.

Se desconsiderarmos as coautorias, a participação masculina decaiu 2%, mas a feminina decaiu 13%. Dessa forma, fica claro que, ao longo do tempo, o que realmente aumentou foi a coparticipação entre os gêneros. No entanto, as mulheres aparentam ter perdido espaço quando consideradas como únicas autoras de artigos, o que não é um dado positivo.

4.2. LUA NOVA

Vinculada ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP), que reúne pesquisadores de diversas áreas, a Lua Nova: Revista de Cultura e Política, comumente conhecida como Lua Nova existe desde 1984, tendo surgido no mesmo período que um novo regime democrático tentava se estabelecer no país. O “nascimento” da Lua Nova e da nova democracia brasileira não foi um mero acaso, pois o intuito desta revista era auxiliar no crescimento do recém definido Brasil democrático (ARAÚJO, CÍCERO, 2005).

Esta revista, por sua vez, já aparenta uma discrepância entre as publicações de homens e mulheres desde o primeiro momento. Os artigos escritos unicamente por

homens somam 306, de um total de 444. Sendo assim, as publicações que não possuem participação feminina abrangem 69% do total de artigos publicados, havendo participação feminina somente em 108 artigos, que representam 31% do total, como mostra o gráfico abaixo.

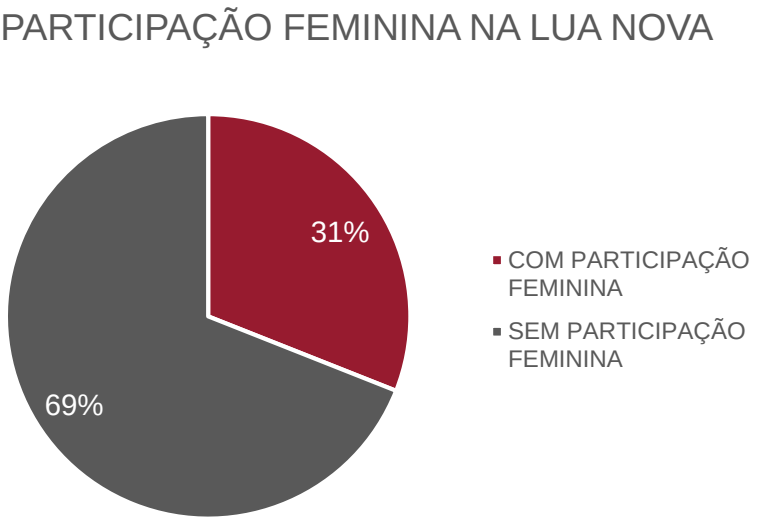

Figura 6
Fonte: Lua Nova
Elaboração própria

No entanto, vale ressaltar, ainda, que a porcentagem acima conta com as coparticipações entre gêneros, sendo a porcentagem de participação exclusivamente feminina ainda menor que os já pequenos 108 artigos.

Dessa maneira, seguindo a ideia de que as mulheres podem ser alçadas à publicação de seus artigos ao realizar suas pesquisas com homens, é importante realizar a distinção entre as coparticipações, para possibilitar a análise completa. Dessa maneira, repara-se que as coparticipações representam 30 artigos, ficando as porcentagens de autorias como estão expressas no gráfico abaixo:

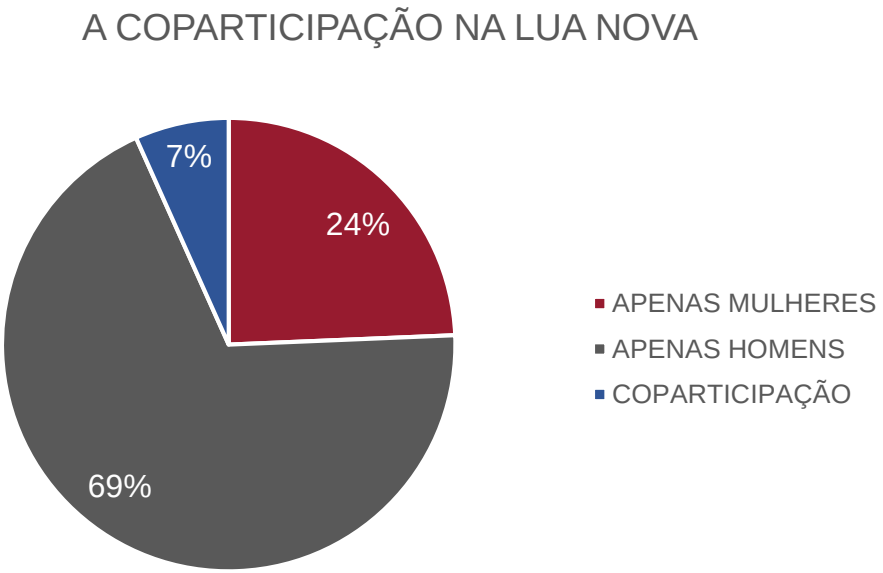

Figura 7
Fonte: Lua Nova
Elaboração própria

A partir do gráfico acima, percebe-se que as coautorias representam aproximadamente ¼ das publicações femininas. Em comparação com a revista Opinião Pública, o número é mais otimista, visto que naquela as coautorias eram quase metade das publicações femininas. Para facilitar a visualização, segue um gráfico comparativo das duas revistas analisadas até o momento:

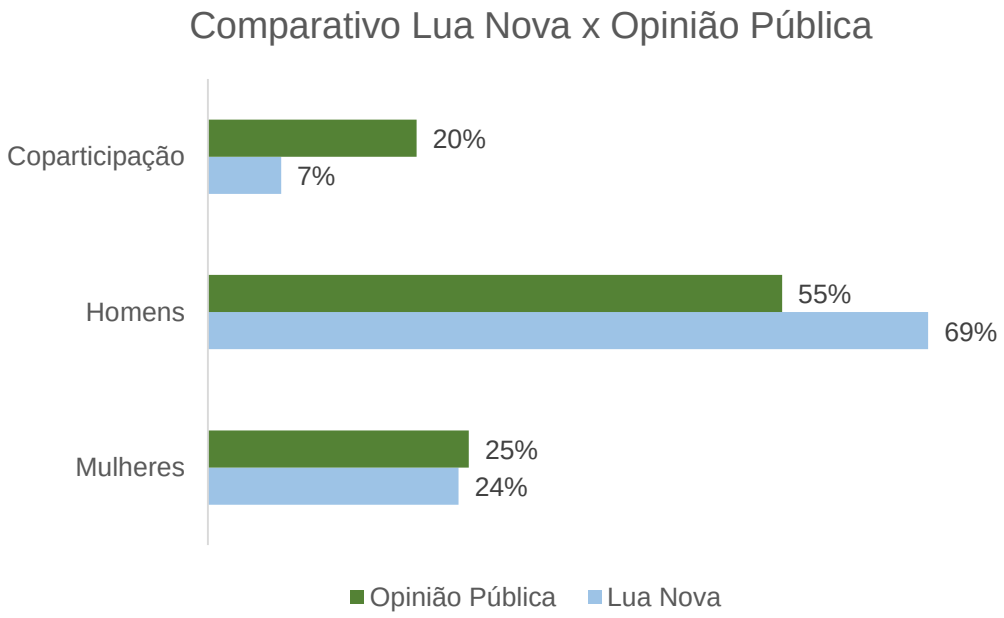

Figura 8

Fonte: Lua Nova e Opinião Pública

Elaboração própria

Percebe-se, portanto, que nos dois periódicos, a porcentagem de artigos escritos unicamente por mulheres é muito similar. A distinção nítida se dá nas publicações escritas unicamente por homens e nas coautorias.

Entre as duas revistas, a diferença de artigos escritos apenas por homens é de 14%, enquanto a diferença de coautorias é de 13%, sendo as coautorias muito mais presentes na revista Opinião Pública. Dessa maneira, a partir dos dados analisados, pode-se afirmar que nenhuma das duas revistas é igualitária no que se refere ao gênero dos escritores, mas a revista Opinião Pública aparente permitir um maior espaço de participação às mulheres, quando se consideram as coautorias.

Portanto, pode-se afirmar que dentre as duas revistas analisadas até aqui, parece a Opinião Pública permite uma maior representação feminina em seus artigos. Sendo assim, parece que nem com o auxílio masculino as mulheres são publicadas na Lua Nova. Resta saber quais seriam os fatores que dificultam a participação feminina dentro das duas revistas analisadas, e se esta é uma realidade comum.

Ademais, como última análise dos dados da Lua Nova, é interessante também observar se as porcentagens de artigos escritos por homens, por mulheres e em coautorias entre os dois gêneros, foram alteradas ao longo do tempo. Para isto, segue mais um gráfico abaixo:

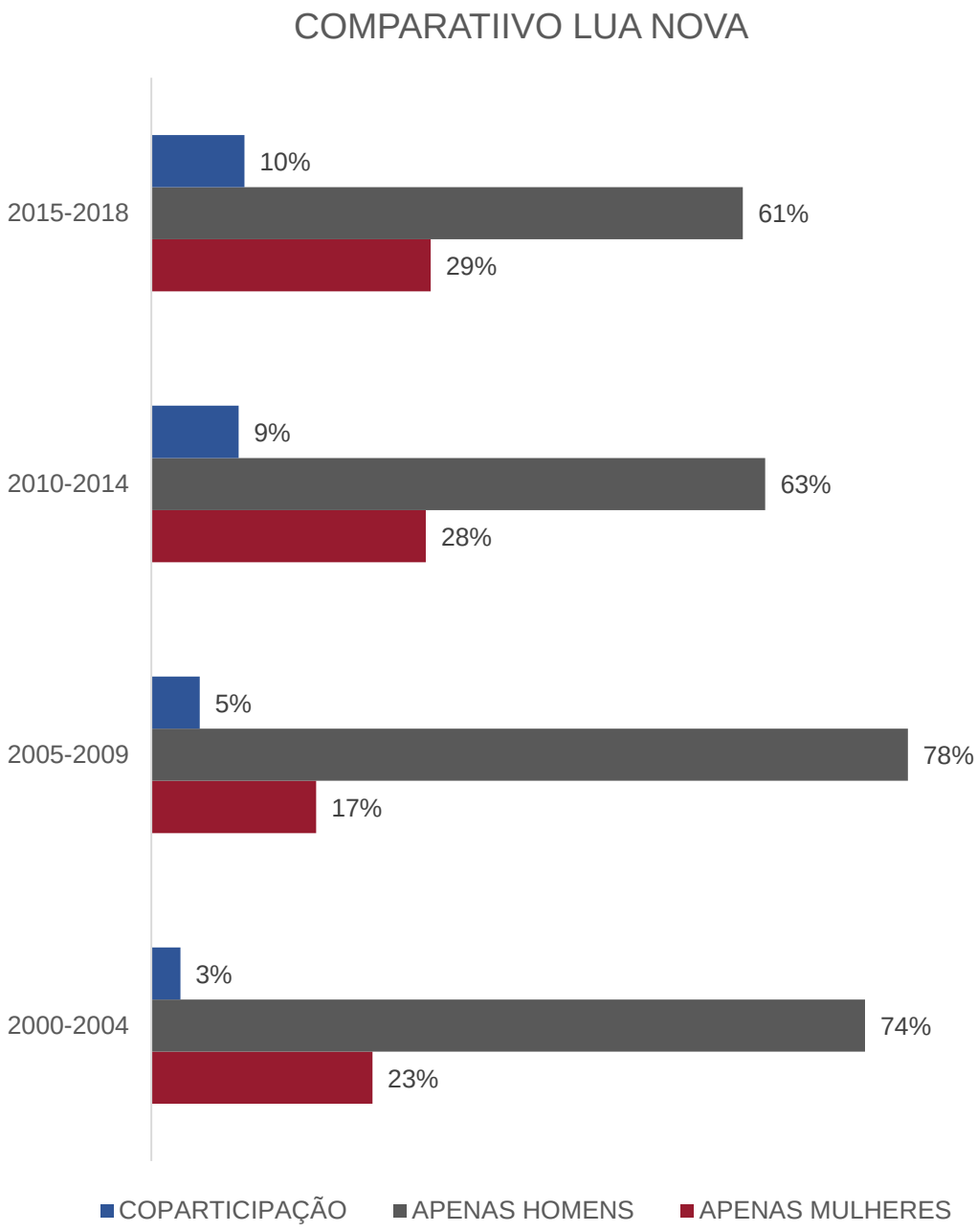

Figura 9
Fonte: Lua Nova
Elaboração própria

A partir dos dados apresentados acima, é possível reparar que, ao longo dos anos a revista Lua Nova foi contando com uma divisão mais igualitária de seus artigos. Apesar de ainda estar longe de haver uma média similar de publicações de cada gênero, é nítido que os artigos escritos unicamente por mulheres e as coautorias, que também contam com

participação feminina, foram aumentando ao longo do tempo. De 2000 a 2018, as coautorias aumentaram 7%, os artigos escritos unicamente por mulheres aumentaram 6% e aqueles escritos unicamente por homens diminuíram 13%, mesma proporção dos aumentos das outras autorias.

Dessa forma, percebe-se que apesar de a Lua Nova ainda possuir uma ampla maioria de artigos escritos por homens, as mulheres têm sido capazes de aumentar sua participação neste periódico. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo no último e mais igualitário período analisado, de 2015 a 2018, a participação unicamente feminina ainda é metade da exclusivamente masculino. Tal dado não pode ser ignorado, pois mostra elevada desigualdade entre as publicações.

Revista de Sociologia e Política (RSP)

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a revista foi criada em 1993, com duas edições por ano. Sua proposta é publicar pesquisas de cientistas políticos, dando preferência a artigos originais e em português. Atualmente, a publicação das edições é trimestral.

De posse da base de dados, é possível notar que as mulheres participam de somente 35% dos artigos publicados ao longo do período analisado, como é possível ver no gráfico abaixo.

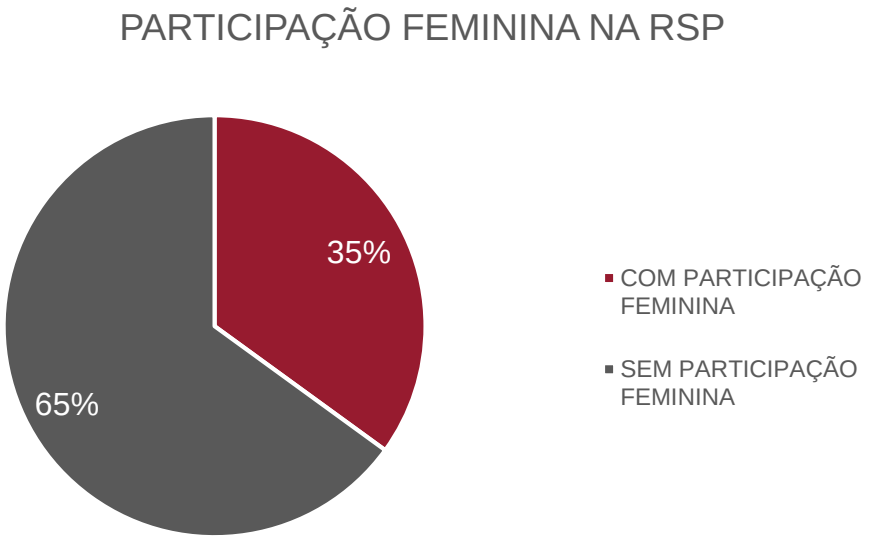

Figura 10
Fonte: RSP
Elaboração própria

Tal número por si só já é desigual, com os homens escrevendo sozinhos quase o dobro dos artigos escritos com participação feminina, isso sem levar em consideração aqueles que eles participam que são escritos com mulheres. Ao desconsiderar as coautorias entre os gêneros, que somam 11% dos artigos publicados, a participação unicamente feminina diminui ainda mais, somando somente 24% dos artigos. A participação exclusivamente masculina, por sua vez, soma 65% dos artigos. Unindo às coautorias, os homens chegam a participar de 76% dos artigos, número que é mais que o dobro da participação feminina.

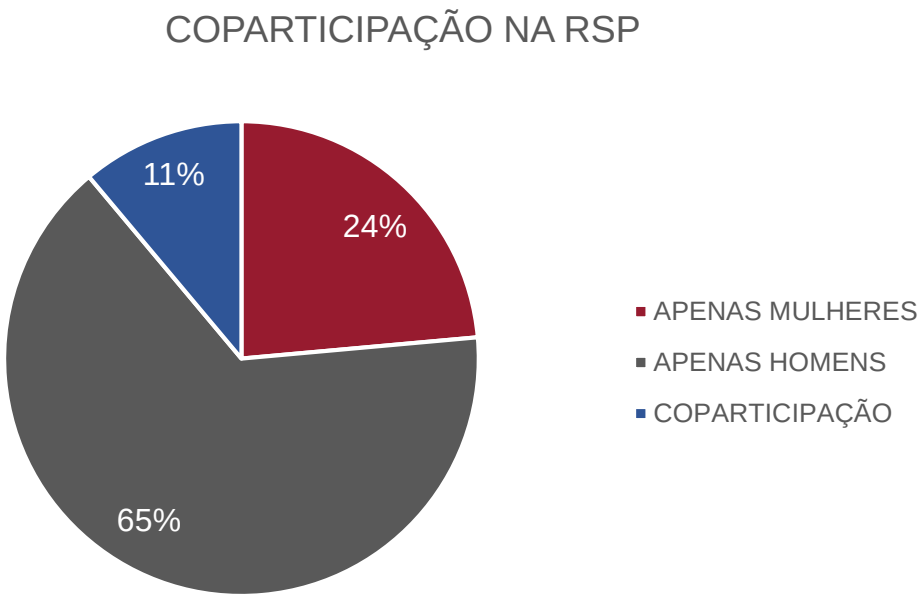

Figura 11
Fonte: RSP
Elaboração própria

No comparativo ao longo dos anos, que segue discriminado abaixo, é possível perceber que, ao contrário do esperado e do que ocorreu nas demais revistas, os artigos publicados na RSP que foram escritos unicamente por mulheres não tiveram um aumento em seu percentual considerável ao longo do período analisado. Em fato, se compararmos

o primeiro período analisado e o último, as mulheres chegam a perder porcentagem quando considerados as autorias exclusivamente femininas.

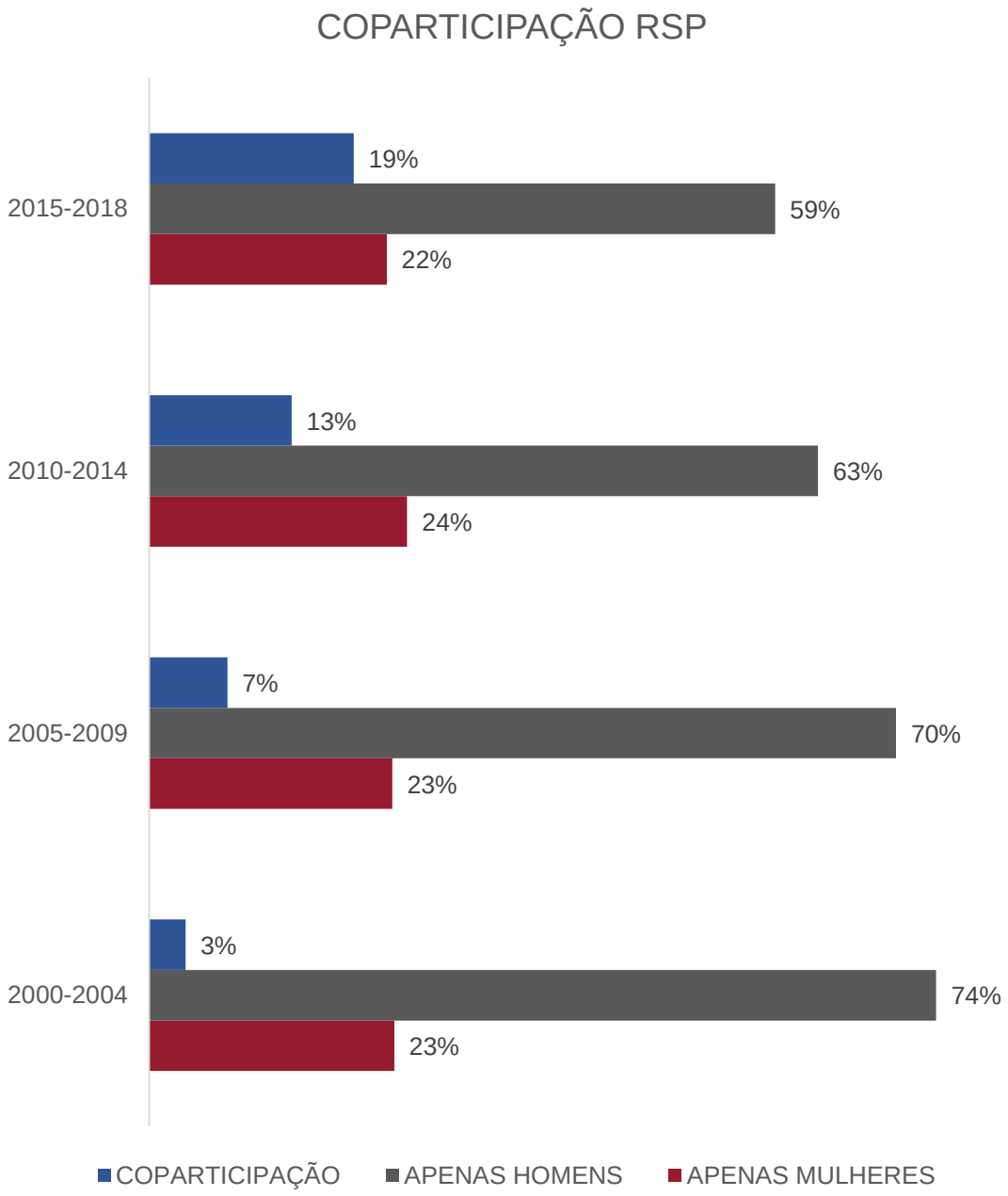

Figura 12
Fonte: RSP
Elaboração própria

No entanto, é importante ressaltar que a participação exclusivamente masculina nas autorias diminuiu bastante ao longo dos anos, tendo a coparticipação entre os gêneros aumentado na mesma proporção.

Dessa maneira, percebe-se que no período de 2000-2004, a participação de mulheres nas autorias dos artigos publicados na RSP somava somente 26% das publicações. No entanto, no último período analisado, de 2015-2018, as autorias femininas passam a somar 41% dos artigos publicados na revista. Porém vale ressaltar que este número só chega a este patamar devido às coautorias com homens, que somam quase a mesma quantidade de artigos que aqueles escritos apenas por mulheres.

Sendo assim, é possível afirmar que ao longo do período analisado, houve um aumento na participação feminina nas publicações da RSP, apesar de a esta só ter aumentado quando considerada em conjunto com a coautoria com homens. Dessa maneira, apesar de as mulheres terem ganhado mais espaço nas publicações, novamente este só veio quando em conjunto com algo que pode vir a ser considerado como suporte masculino.

Dados

O último periódico a ser analisado será a Dados, Revista de Ciências Sociais, publicada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A revista também data de um período mais conturbado da história política brasileira, sendo publicada desde 1966.

Assim como outros periódicos analisados, a Dados, já em um primeiro momento, aparenta certa diferenciação entre as autorias por gênero, assim como a revista anterior. Somente 36% dos artigos analisados contam com participação feminina, enquanto 64% foram escritos somente por homens, número que irá aumentar ao ser analisado as coautorias com mulheres.

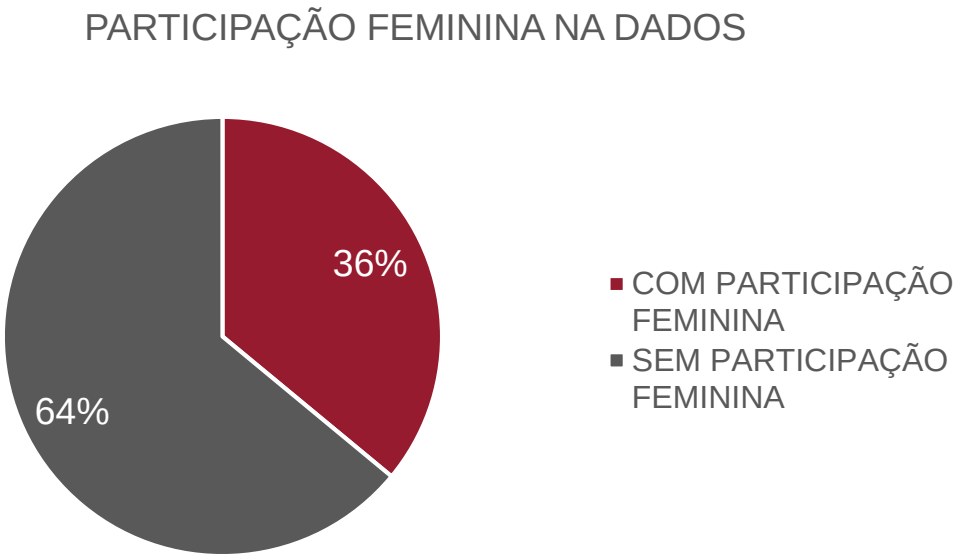

Figura 13
Fonte: Dados
Elaboração própria

Novamente, faz-se necessário realizar a distinção entre artigos publicados exclusivamente por mulheres e aqueles que contaram com coautorias. O gráfico desta divisão segue abaixo.

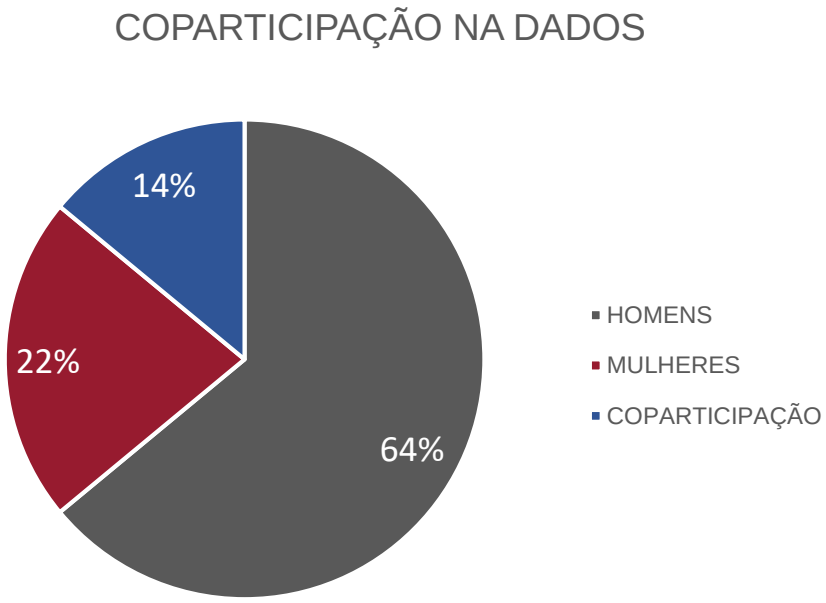

Figura 14
Fonte: Dados
Elaboração própria

A partir do gráfico acima, percebe-se que os homens, na verdade, participaram de 78% das publicações feitas na revista Dados, ao longo do período analisado, número que é mais que o dobro que os 36% que fazem parte da participação feminina.

Além disso, é interessante reparar que 14% da participação feminina está computado nas coautorias com homens, sendo a participação exclusivamente feminina somente de 22%, enquanto a exclusivamente masculina computa 64% dos artigos. Dessa maneira, percebe-se que, quando desconsideradas as coautorias, os homens participam de quase o triplo de artigos que as mulheres, o que é um número muito grande para ser desconsiderado.

Assim como nas revistas anteriores, é interessante analisar se houve avanço da participação feminina ao longo dos anos, dados presentes no gráfico abaixo.

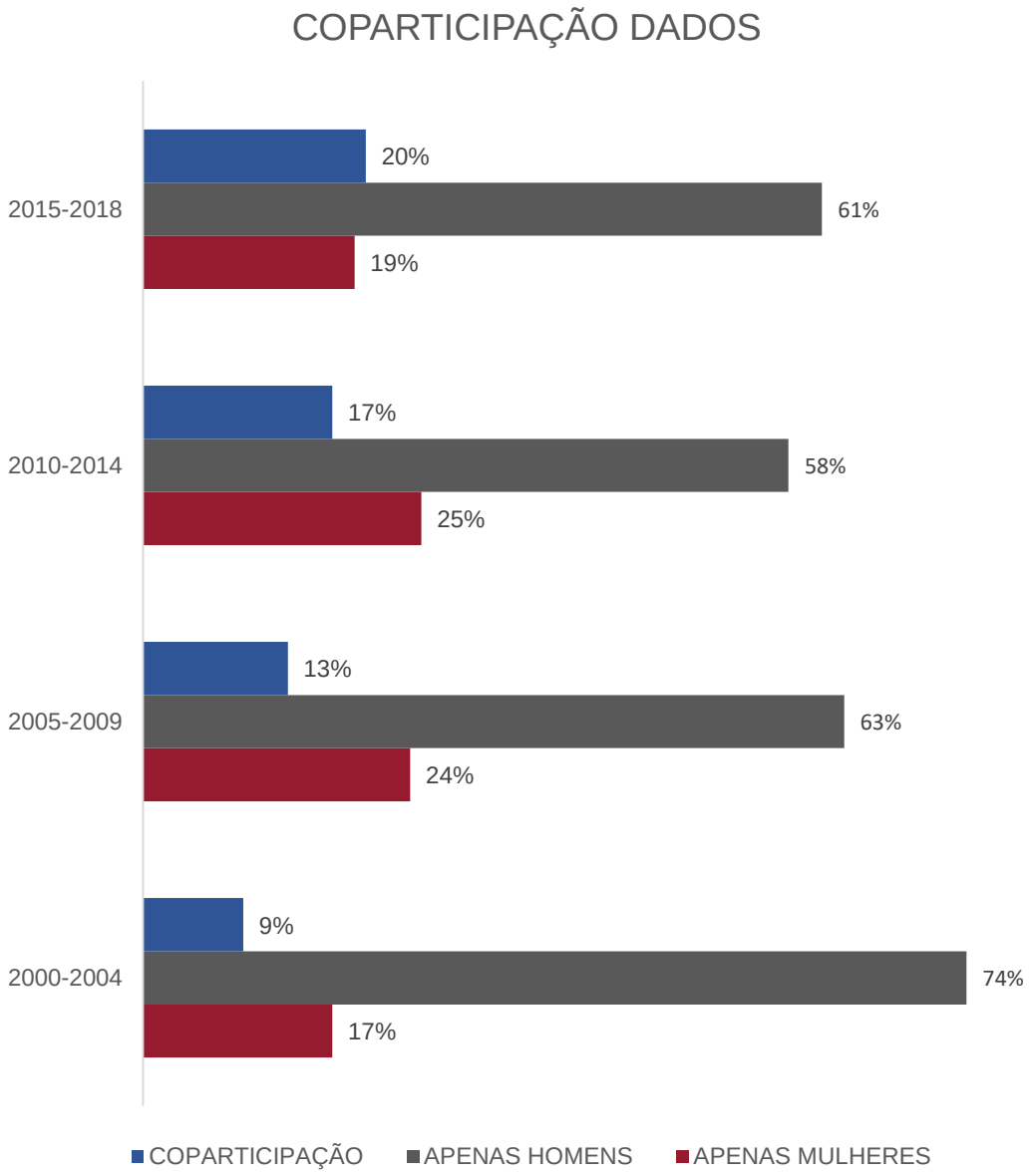

Figura 15
Fonte: Dados
Elaboração própria

A partir do gráfico acima, é possível notar que a participação exclusivamente masculina diminuiu ao longo do tempo, apesar de continuar consideravelmente acima da média. Por sua vez, a participação exclusivamente feminina teve um aumento, mas voltou a ter sua porcentagem diminuída no último período analisado, de 2015 a 2018.

De qualquer forma, a participação feminina teve um aumento ao longo do período analisado. No primeiro período, somando a participação unicamente feminina e as coautorias, as mulheres participaram somente de 26% dos artigos, número muito abaixo.

No último período analisado, a soma chega a 39%, havendo um aumento de 13% na participação feminina, número considerável.

Vale ressaltar, no entanto, que destes 13% de aumento, 11% vieram do aumento nas coautorias, e não do aumento da participação unicamente feminina. Sendo assim, é possível perceber, novamente, que o aumento da participação feminina veio atrelado à participação masculina, fator que não pode ser desconsiderado na análise.

COMPARATIVO ENTRE OS PERIÓDICOS

É interessante, por último, realizar uma análise conjunta da participação feminina dentro de todos os periódicos analisados, para permitir uma análise mais geral desta no campo da ciência política.

Somadas, as publicações nos quatro periódicos ultrapassam o número de 1700 artigos. Como ficou nítido nas análises separadas, o número de publicações escritas unicamente por homens, é maior que os com participação feminina, mesmo se consideradas as coparticipações.

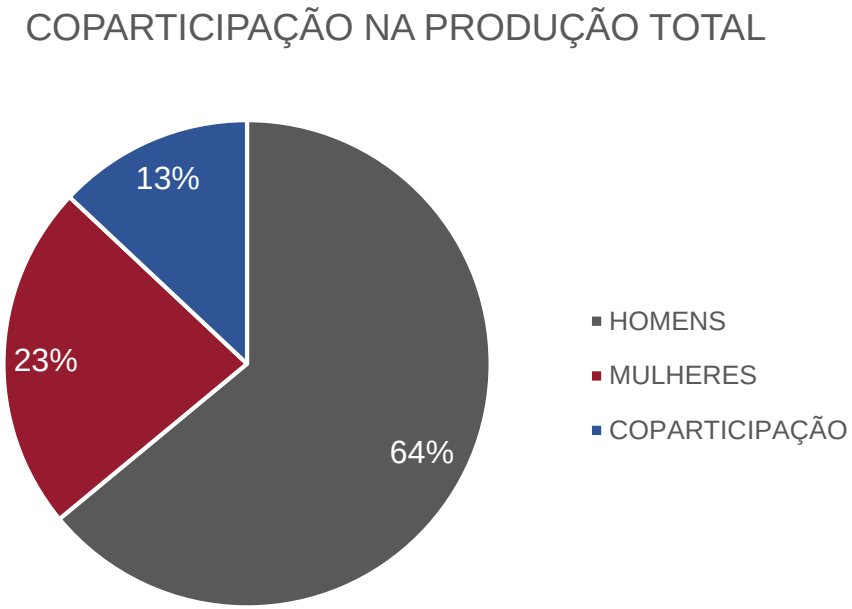

Figura 16

Fonte: Lua Nova, Opinião Pública, Dados e RSP

Elaboração própria

Considerando a coparticipação, os homens participaram de 77% das publicações, enquanto as mulheres, também considerando as coautorias, participaram de 36%. Dessa maneira, fica nítido que os homens participam de mais que o dobro dos artigos, e é muito importante se questionar porque isto está ocorrendo.

Primeiramente, faz sentido observar os dados dos quatro periódicos, para analisar se, dentre estes, há algum que seja mais igualitário no quesito gênero, e se há algum que é mais desigual. Para isto, novamente faz sentido analisar as porcentagens, que seguem no gráfico abaixo:

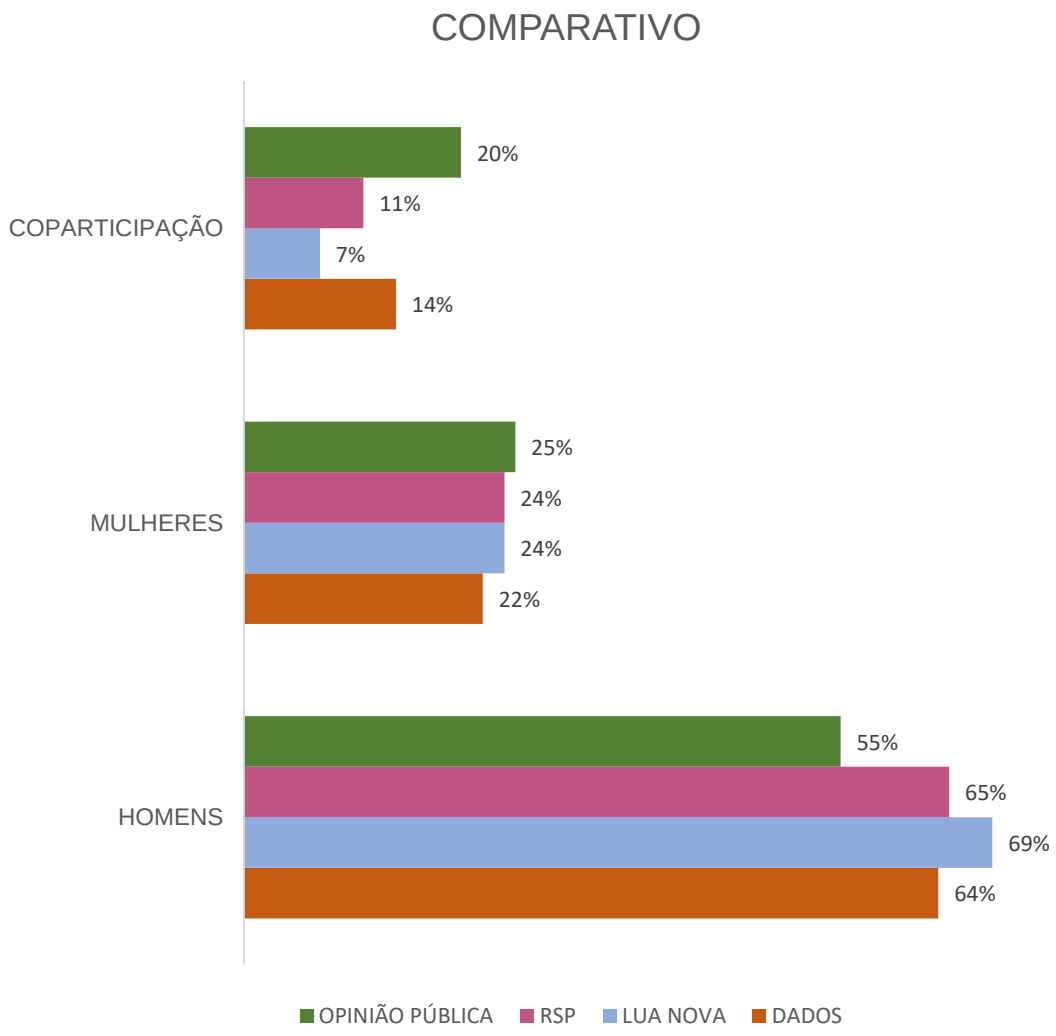

Figura 17
Fonte: Lua Nova, Opinião Pública, Dados e RSP
Elaboração própria

A partir do comparativo acima, é possível perceber que a autoria de artigos apenas por mulheres é bem equilibrada em todos os periódicos, ficando na casa dos 20%. No entanto, há uma distinção relevante nas coautorias. Vale destacar, ainda, que a partir de todos os dados expostos, é possível reparar que a participação feminina somente aumentou ao longo do tempo quando consideramos suas coautorias com pessoas do gênero masculino, não havendo aumento considerável nas autorias de artigos publicados apenas por mulheres em todos os periódicos ao longo de todo o período analisado.

Dessa forma, iremos unir as porcentagens tanto das autorias femininas quanto das masculinas com as coautorias, para analisar se isto faz diferença no total de participações. É importante ressaltar que a soma das publicações com autoria de homens e de mulheres será maior que os 100% da cada área. Isso se se deve ao fato de uma parte das publicações ser realizada com participação de autores do gênero masculino e do feminino.

	PARTICIPAÇÃO FEMININA	**PARTICIPAÇÃO MASCULINA**
DADOS	36%	78%
LUA NOVA	31%	76%
OPINIÃO PÚBLICA	45%	75%
RSP	35%	76%

Figura 18
Fonte: Lua Nova, Opinião Pública, Dados e RSP
Elaboração própria

A partir da tabela acima, percebe-se que a autoria masculina também é equilibrada, havendo uma discrepância quando se trata da Opinião Pública, que tem cerca de 10% a menos quando se trata de artigos escritos unicamente por homens. Tal diferença é compensada nas coautorias, onde este periódico leva maior vantagem, com 20% dos artigos sendo escritos a partir de coautorias entre homens e mulheres. Sendo assim, é possível afirmar que neste periódico, as mulheres participam de 45% dos periódicos, sendo este o que mais fornece espaço para o gênero feminino em suas publicações.

No outro extremo, por sua vez, se encontra a Revista Lua Nova, que está na média no quesito participação exclusivamente feminina, com as mulheres escrevendo, sozinhas, 24% dos artigos. No entanto, somente 7% dos artigos foram escritos a partir de coparticipação entre os gêneros, o que faz com que a média de participação feminina nesta revista decais, totalizando somente 31%. Ao considerarmos a participação masculina e as coautorias, os homens chegam a 76% das autorias de artigos, o que está próximo da média das demais revistas, como podemos observar.

Dessa maneira, percebemos que não há uma grande discrepância no percentual de participação masculina das revistas, mas chega a haver 14% de diferença entre a revista com menor participação feminina e a com maior participação, um número que não tem como ser ignorado. Além disso, podemos reparar que a participação unicamente feminina não tem um percentual muito diferente entre as revistas, ficando a diferenciação justamente na coparticipação com o gênero oposto.

Obviamente, não é possível afirmar que estas discrepâncias são ocasionadas, exclusivamente, pela presença de um homem na coautoria com uma mulher, mas ao analisar a diferença que a coparticipação faz – chegando a quase dobrar a participação feminina, como na Opinião Pública -, é impossível não fazer esta conexão.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar se a desigualdade de gênero ainda persiste em uma área tão plural quanto as ciências sociais, mais especificamente na academia da ciência política brasileira. O tema de participação feminina no Congresso Nacional é amplamente abordado, havendo até mesmo cotas para aumentar a participação feminina no parlamento. No entanto, a área acadêmica da ciência política pouco discute as distinções de gênero dentro de si mesma.

No primeiro tópico, foi abordada a questão da desigualdade de gênero, que remete a períodos patriarcais, onde a mulher era vista como um ser responsável por agradar e obedecer aos homens presentes em sua vida, sejam estes familiares ou maridos. Ensinadas pela sociedade a obedecer e realizar somente as tarefas domésticas, visto que os estudos eram “assunto de homem”, as mulheres acabaram afastadas da vida científica por um longo tempo. Este fator pode ser o responsável, até os dias atuais, pela perpetuação de um

preconceito velado de gênero, que parece não ter sido afastado completamente da realidade feminina, que alcança menos postos de destaque que os homens.

Aparentemente, a maior distinção realizada diz respeito ao fato de as mulheres ainda serem consideradas as responsáveis pelos cuidados e educação dos filhos. Dessa forma, além de necessitar do período de licença-maternidade, as mulheres muitas vezes se veem obrigadas a deixar sua carreira de lado por um tempo, para poder cuidar daquela criança que tanto necessita de seus cuidados.

O segundo tópico consistiu em analisar as publicações de artigos dentro de periódicos da ciência política e examinar as autorias destes, considerando se eram escritos por apenas um gênero, ou se eram escritos em coautoria entre homens e mulheres. A quantidade de autores de um gênero ou de outro em cada artigo foi desconsiderada, sendo levado em consideração apenas o fato de as mulheres participarem ou não dos artigos em questão, e não quantas participaram.

O ponto mais crucial do trabalho talvez seja o fato de que o número de artigos publicados escritos por mulheres só aumentou quando são consideradas as coautorias com o sexo masculino. Ao analisar somente os artigos escritos exclusivamente por mulheres, as porcentagens permanecem similares ao longo do período de tempo analisada. Dessa forma, é curioso tentar perceber os motivos para que tal realidade esteja aparecendo. É possível que, ao perceber uma maior dificuldade ao tentar publicar artigos só com autoras do gênero feminino, as mulheres tenham adotado um comportamento estratégico que lhes levou a se unir a pessoas do gênero masculino. Talvez, até mesmo sem perceberem o ato que estavam realizando.

As razões para tal ato podem ser originadas na necessidade de um apoio para publicações. Como informado previamente, ainda resta certo receio quanto ao fato de as mulheres engravidarem e acabarem produzindo menos. Ao produzir com um homem, as próprias mulheres conseguem crer que o trabalho será realizado, além de buscar garantir maior "confiabilidade" a seu trabalho, afinal mesmo que elas venham a engravidar, a pesquisa continuará podendo ser tocada pelo colega.

Além disso, é possível que seja, também, uma maneira de contornar o fator que faz com que o número de mulheres diminua à medida que se avança na escala hierárquica acadêmica. Ao publicar artigos com algum homem, as mulheres podem ganhar a visibilidade do público daquele pesquisador. Segundo Latour (2011), a citação de artigos

é extremamente importante na ciência e faz com que os pesquisadores ganhem visibilidade. Dessa forma, se a probabilidade de a mulher ser citada for maior ao se unir a pesquisadores do sexo masculino, faria sentido que a pesquisadora optasse por tal ato.

Mesmo assim, não se pode negar que a distinção entre as publicações masculinas e femininas nos periódicos é nítida, mesmo quando consideradas artigos escritos em coautoria entre gêneros. O fato de que em nenhuma revista a participação feminina chega aos 50%, mesmo se considerarmos aqueles artigos escritos em parceria com homens, é preocupante, visto que atualmente as mulheres são maioria na Educação Superior Brasileira, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2016. De acordo com a pesquisa, as mulheres representam 57,2% das matrículas em cursos de graduação.

Além disso, é muito importante reparar que, na comparação geral, a participação exclusivamente feminina pode ter ensaiado um aumento em determinado período do tempo, mas no período final da análise, ficou quase com a mesma porcentagem do primeiro período analisado, que se inicia nos anos 2000. A exceção, fica para a Lua Nova, sendo a única revista que excede uma marca de 5% de aumento das publicações femininas em relação ao primeiro e último período de tempo analisado. No entanto, a revista é a que menos conta com participação feminina em seus artigos, atingindo somente 31% das publicações, mesmo quando são consideradas as coautorias.

Apesar disso, é preciso olhar com positividade o aumento da participação feminina nas publicações dos artigos, fator promissor que não pode ser ignorado. Significa que as décadas de luta de mulheres por uma voz social começa a ter efeitos não só em quesitos políticos, mas também no espaço acadêmico. Mesmo que as mulheres ainda não sejam responsáveis por um número igualitário de cargos de chefia na área acadêmica ou de publicações em periódicos, o fato de os números estarem mudando gradativamente é promissor.

No entanto, segue sendo muito problemática a ideia de que as mulheres necessitam de um homem para valorizar seu trabalho para que ele seja publicado. O fato de que as mulheres, quando não consideradas as coautorias entre gêneros, representam menos de 25% da produção total nas revistas estudadas é bem questionável. Se elas de fato produzem cerca de 50% na totalidade, não deveria ser considerado normal que menos da metade deste número seja publicado pelos periódicos. Enquanto isso, os homens, que publicam cerca de 75% dos artigos dos periódicos, também produzem 50% do total.

Mesmo se considerarmos as coautorias, as mulheres participaram somente de 36% das publicações, número que segue consideravelmente abaixo dos 50% esperados.

Apesar de a participação feminina na sociedade como um todo ter aumentado nos últimos tempos, seja em participação ou representação política, no mercado de trabalho, ou até mesmo nas universidades e na vida acadêmica, como apresentado, um fator crucial para que a voz feminina continue sendo ouvida é a mudança da visão de que por engravidarem, as mulheres representam um risco àqueles que as contrataram.

As mulheres não deveriam ser obrigadas a escolher, nem entre sua vida profissional e sua família, nem entre não ser publicada ao escrever sozinha, ou aceitar a coautoria com alguém do sexo masculino para conseguir ver seu longo trabalho publicado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. (2001), "As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais". DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 44, no 1, pp. 155-194.

ARAÚJO, Cícero. "Nota Introdutória". Vinte anos. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, vol. 64, 2005.

BATISTA, Everton; RIGHETTI, Sabine.

BIROLI, Flávia. Gênero e Família em uma Sociedade Justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 51-65, jun. 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANINO, Maria Victoria; VESSURI, Hebe. La universidad em feminino. Um cuadro de luces y sombras em la UCV. ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura, Bogota, p. 645-861, 2008.

DANTAS, Carolina. Cientistas mulheres pedem inclusão de período de licença-maternidade no currículo Lattes. G1, São Paulo. 13 nov. 2018. Disponível em https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/11/13/cientistas-mulheres-pedem-inclusao-de-periodo-de-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes.ghtml

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011, p.1-155.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estudos Avançados, v.17, n.49, p.271-284, 2003.

MARQUES, Danusa. "Cadê as mulheres no 10º Encontro da ABCP?". 2016. Disponível em https://medium.com/@demode/cad%C3%AA-as-mulheres-no-10%C2%BA-encontro-da-abcp-8d4f1c765c97, acessado em 13/11/2018, às 20:39.

MENDES, Marcos Vinícius Isaías; FIGUEIRA, Ariane Roder. *Participação da mulher no ensino e pesquisa em ciência política e relações internacionais no Brasil.* 6º Encontro

da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) – Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição. Belo Horizonte, MG. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa e MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados

MIGUEL, Luis Felipe. *Carole Pateman e a crítica feminista do contrato.* Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Vol. 32, Nº 93. 2017.

PATEMAN, Carole. SEFCHOVICH, Sara. *Debate feminista. Feminismo y democracia*. Vol. 1, p.7-28, 1990.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. 1993. Editora Paz & Terra; Edição: 1ª. 2008.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte.* Brasília, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres , 2007.

SHEPSLE, Kenneth. Analyzing Politics: Rationality, Behavior and Institutions. 2nd

Edition. New York: W.W.Norton, 2010.(KS)

STANISCUASK, Fernanda. Projeto "Parent in Science". 2018.

STUART MILL, John. *A sujeição das mulheres. Almedina; 1ª Edição (2006)*

TRISTAN, Flora. União Operária, 1843. Editora Insular, 1ª Edição, 2017.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. *A construção social da produção científica por mulheres. Cadernos Pagu,* v. 10, p. 309-344, 1998.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior de 2016. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf, acessado em 22/10/2018, às 19:50.

ZUCKERMAN, H.; COLE, J. R. Women in American Science. Minerva, v. 13, n. 1, p. 82-102, 1975